Porque permaneço na Igreja

Joseph Ratzinger

PORQUE PERMANEÇO NA IGREJA

JOSEPH RATZINGER

Salamanca 1971

Tradução por IA (ChatGPT)
Fonte: *www.stm.cl*

EXISTEM hoje muitos motivos, e motivos opostos, para não permanecer na Igreja. Nos nossos dias, sentem-se tentados a voltar as costas à Igreja não só aqueles a quem a sua fé se tornou estranha, a quem ela parece demasiado retrógrada, demasiado medieval, demasiado hostil ao mundo e à vida, mas também aqueles que amaram a imagem histórica da Igreja, a sua liturgia, a sua independência em relação às modas passageiras, o reflexo do eterno visível no seu rosto.

Estes têm a impressão de que a Igreja está prestes a trair aquilo que lhe é próprio, a vender-se à moda do tempo e, assim, a perder a sua alma. Estão desiludidos como quem foi traído no seu amor e, por isso, pensam seriamente em voltar-lhe as costas.

Por outro lado, também existem motivos contraditórios para permanecer na Igreja. Nela permanecem não só os que acreditam firmemente na sua missão ou aqueles que não querem abandonar um costume antigo e querido, embora pouco o pratiquem, mas também, e muito especialmente, aqueles que rejeitam toda a sua realidade histórica e combatem abertamente o conteúdo que os seus ministros procuram dar-lhe e conservar. Apesar de quererem eliminar aquilo que a Igreja foi e é, não procuram sair dela, porque esperam transformá-la naquilo que, em seu entender, ela deve ser.

1. Reflexões preliminares sobre a situação da Igreja

Confusão

De tudo isto resulta que a Igreja se encontra numa situação de confusão, em que os motivos a favor ou contra não só se entrelaçam da maneira mais estranha, como parece impossível chegar a um entendimento. Reina a desconfiança, sobretudo porque permanecer na Igreja já não tem o carácter claro e inequívoco de outrora, e ninguém acredita na sinceridade dos outros.

As palavras cheias de esperança de Romano Guardini, em 1921 — «começou um acontecimento de grande importância: a Igreja desperta nas almas» —, parecem anacrónicas. Pelo contrário, hoje seria necessário alterar a frase deste modo: «começou um acontecimento de grande

importância: a Igreja apaga-se nas almas e desagrega-se nas comunidades». No meio de um mundo que tende para a unidade, a Igreja dispersa-se em ressentimentos nacionalistas, na exaltação do que é próprio e na depreciação do que é alheio. Entre os defensores da secularidade e a reação daqueles que estão demasiado apegados ao passado e às aparências, entre o desprezo pela tradição e a fidelidade exagerada à letra, parece não existir qualquer possibilidade de equilíbrio; a opinião pública atribui inexoravelmente a cada um o seu lugar; precisa de posições claras e precisas e não pode deter-se em quaisquer matizes: quem não está a favor do progresso está contra ele; ou se é conservador ou progressista.

Graças a Deus, a realidade é diferente: entre estes dois extremos existem também hoje crentes silenciosos e quase sem voz, que, com toda a simplicidade, realizam a verdadeira missão da Igreja, mesmo neste momento de fusão: a adoração e a paciência da vida quotidiana, a palavra de Deus. No entanto, na imagem que se tem da Igreja, estes não têm lugar; essa verdadeira Igreja não é invisível, mas está profundamente oculta às manobras dos homens.

Fica assim esboçada uma primeira indicação sobre o contexto em que se situa a pergunta: porque permaneço na Igreja? Para dar uma resposta adequada, devemos analisar, em primeiro lugar, esse contexto, no qual a palavra «hoje» faz plenamente parte do tema, e aprofundar depois os motivos da situação atual.

Como foi possível chegar a uma situação de confusão tão estranha no momento em que se esperava um novo Pentecostes? Como foi possível que, precisamente quando o Concílio parecia recolher os frutos maduros dos últimos decénios, essa plenitude tenha dado subitamente lugar a um vazio desconcertante? O que aconteceu para que do grande impulso para a unidade tenha surgido a desagregação? Gostaria de tentar responder recorrendo, para começar, a uma comparação que pode ajudar-nos a descobrir qual é a nossa tarefa e, ao mesmo tempo, deixar entrever os motivos que tornam possível um sim ou um não. Parece que, no nosso esforço por compreender a Igreja, seguindo as pegadas do Concílio, que tão empenhadamente lutou por isso, nos aproximámos tanto dela que já não somos capazes de a ver no seu conjunto; como se os primeiros edifícios nos

impedissem de ver a cidade e as primeiras árvores nos impedissem de abranger com o olhar toda a floresta. A situação a que a ciência nos conduziu a respeito de muitos aspetos da realidade repete-se agora também com a Igreja. Vemos os pormenores tão de perto e tão minuciosamente que não somos capazes de contemplar o todo. O que ganhámos em precisão perdemo-lo em verdade. Quando observamos ao microscópio um fragmento de uma árvore, aquilo que vemos é, sem dúvida, exato, mas a verdade poderia, ao mesmo tempo, ficar oculta se nos esquecêssemos de que um pormenor não é apenas um pormenor, mas existe num todo que, embora não seja visível ao microscópio, é igualmente verdadeiro, e até mais verdadeiro do que o pormenor considerado isoladamente.

Reformas

Mas deixemos de lado as comparações. A perspetiva contemporânea determinou o nosso olhar sobre a Igreja, de tal modo que hoje praticamente só a vemos do ponto de vista da eficácia, preocupados em descobrir o que podemos fazer com ela. Os prolongados esforços para reformar a Igreja fizeram esquecer tudo o resto.

Para nós, hoje, ela não passa de uma organização que se pode transformar, e o nosso grande problema é determinar quais as mudanças que a tornariam «mais eficaz» para os objetivos particulares que cada um se propõe. Ao colocar assim a questão, o conceito de reforma sofreu, na consciência coletiva, profundas degenerações, que o privaram do seu núcleo central. Pois a reforma, no seu significado original, é um processo espiritual, intimamente ligado à mudança de vida e à conversão, que atinge em pleno o coração do fenómeno cristão: só através da conversão nos tornamos cristãos; isto vale tanto para a vida particular de cada um como para a história de toda a Igreja. Esta vive como Igreja na medida em que renova incessantemente a sua conversão ao Senhor, evitando fechar-se em si mesma e nos seus próprios costumes mais queridos, tão facilmente contrários à verdade. Quando a reforma é arrancada deste contexto, do esforço e do desejo de conversão, quando se espera a salvação apenas da mudança dos outros, da transformação das estruturas, de formas sempre novas de adaptação aos tempos, talvez se consiga, por momentos, alguma utilidade imediata, mas, no seu conjunto, a reforma torna-se uma caricatura

de si mesma, capaz de mudar apenas as realidades secundárias e menos importantes da Igreja.

Não é, portanto, de estranhar que a própria Igreja acabe por aparecer como algo secundário. Tudo isto nos ajuda a compreender o paradoxo que nasce das tentativas de renovação próprias da nossa época: os esforços para atenuar a rigidez das estruturas, para corrigir as formas do aparelho eclesiástico provenientes da Idade Média ou, mais ainda, dos tempos do absolutismo, para libertar a Igreja de tais interferências e torná-la capaz de um serviço mais simples e mais conforme com o espírito do Evangelho conduziram, na realidade, a uma sobrevalorização do elemento institucional da Igreja sem precedentes na sua história. As instituições e os aparelhos eclesiásticos são, sem dúvida, objeto de uma crítica radical como nunca existiu, mas também absorvem a atenção de forma mais exclusiva do que antes, de tal modo que, para muitos, a Igreja fica reduzida a essa realidade institucional. A questão da Igreja coloca-se em termos de organização. Não se quer que um mecanismo tão bem montado fique sem produzir frutos, mas considera-se que, sob muitos aspetos, é inadequado para alcançar os objetivos que lhe são atribuídos.

Por detrás de tudo isto, desenha-se o problema central da crise da fé. Pelo seu raio de ação, a Igreja exerce sociologicamente a sua influência para além do círculo dos seus fiéis, e a institucionalização desta situação falseia-a, alienando-a profundamente da sua verdadeira natureza. A publicidade que rodeou o Concílio e a perspetiva de uma possível aproximação entre crentes e não crentes, que inevitavelmente deu a impressão de ser uma realidade, radicalizaram ao máximo esta alienação.

Muitas vezes, o Concílio foi aplaudido também por aqueles que não tinham intenção de se tornar crentes no sentido da tradição cristã, mas que saudaram este «progresso» da Igreja como uma confirmação das suas próprias opções e dos caminhos que tinham percorrido. Ao mesmo tempo, há que reconhecer que, dentro da Igreja, a fé entrou numa agitada fase de efervescência. O problema da mediação histórica coloca o antigo Credo a uma luz incerta e ambígua, na qual as verdades perdem os seus próprios contornos; por outro lado, as objeções das ciências naturais e, mais ainda, da conceção moderna do mundo intensificam este processo. Os limites entre

a interpretação e a negação das verdades fundamentais tornam-se cada vez mais difíceis de reconhecer. Por exemplo, o que significa realmente «ressuscitado de entre os mortos»? Quem são os que acreditam, interpretam ou negam? E, enquanto se discute até onde podem ir os limites da interpretação, o rosto de Deus torna-se cada vez mais esbatido. A «morte de Deus» é um processo inteiramente real, que hoje se instala no próprio coração da Igreja. Deus morre na cristandade, pelo menos assim parece. De facto, onde a ressurreição se transforma no acontecimento de uma missão vivida numa imagem ultrapassada, Deus já não atua. Mas será que Deus atua verdadeiramente? É esta a pergunta que imediatamente surge. Contudo, poderá haver alguém tão reacionário que aceite literalmente a afirmação «Ele ressuscitou»?

Deste modo, aquilo que para uns é apenas progresso, para outros é descrença, e o que antes era inconcebível é hoje algo normal: pessoas que há muito tinham abandonado o Credo da Igreja consideram-se, de boa-fé, autênticos cristãos progressistas. Segundo estas pessoas, o único critério para julgar a Igreja é a sua eficácia. Falta, porém, estabelecer qual é a verdadeira eficácia e para que objetivos deve ser utilizada. Para criticar a sociedade, ajudar ao desenvolvimento, fomentar a revolução? Ou talvez para celebrações comunitárias? Seja como for, é preciso começar pelos alicerces, porque, inicialmente, a Igreja não tinha sido concebida para isso e, efetivamente, na sua forma atual, não está preparada para esses objetivos. E assim aumenta o mal-estar, tanto entre os crentes como entre os não crentes. O direito de cidadania que a incredulidade adquiriu na Igreja torna a situação cada vez mais insuportável, tanto para uns como para outros. Particularmente trágico é o facto de tudo isto ter colocado o programa de reforma numa ambiguidade extraordinariamente equívoca e, para muitos, insolúvel.

Naturalmente, pode objetar-se que nem todo o panorama se apresenta com nuvens tão negras. Nos últimos anos nasceram e amadureceram muitas realidades positivas que não é justo silenciar: a nova liturgia, mais acessível ao povo, a sensibilidade para os problemas sociais, o melhor entendimento entre os cristãos separados, a diminuição do medo devido a uma falsa conceção literal da fé e muitas outras coisas. Tudo isto é, sem dúvida, verdadeiro e não pode ser minimizado; mas não reflete exatamente o

ambiente geral da Igreja. Pelo contrário, também tudo isto foi contaminado pela ambiguidade resultante do desaparecimento dos limites precisos entre fé e incredulidade. Só de início pareceu que a consequência deste desaparecimento poderia ser considerada libertadora. Hoje é claro que de semelhante processo, apesar de todos os sinais de esperança, em vez de uma Igreja moderna, surgiu uma Igreja profundamente dilacerada e posta em questão. Temos de o admitir sem reservas: o Vaticano I tinha descrito a Igreja como o *signum levatum in nationes*, como o estandarte escatológico visível de longe, que convocava e reunia os homens. Segundo o Concílio de 1870, ela era o sinal esperado por Isaías (11, 12), o sinal que todos podiam reconhecer, mesmo de longe, e que a todos indicava claramente o caminho a percorrer. Com a sua maravilhosa propagação, a sua eminente santidade, a sua fecundidade para todo o bem e a sua profunda estabilidade, ela representava o verdadeiro milagre do cristianismo, a melhor prova da sua credibilidade perante a história[1]. Hoje, parece ser verdadeiro precisamente o contrário: não uma comunidade maravilhosamente difundida, mas uma associação estagnada, que não foi capaz de ultrapassar realmente os limites do espírito europeu e medieval; já não uma profunda santidade, mas um conjunto de fraquezas humanas, uma história vergonhosa e humilhante, na qual não faltou nenhum escândalo, desde a perseguição dos hereges e os processos contra as bruxas, passando pela perseguição dos judeus e pelo servilismo das consciências, até à autoproclamação dogmática e à resistência à evidência científica, de tal modo que quem pertence a essa história não pode fazer outra coisa senão cobrir o rosto de vergonha; por fim, já não uma estabilidade indestrutível, mas condescendência com todas as correntes da história, com o colonialismo, com o nacionalismo e, recentemente, as tentativas de fazer as pazes com o marxismo e até de se identificar com ele...

Deste modo, a Igreja já não aparece como o sinal que convida à fé, mas precisamente como o principal obstáculo à sua aceitação. Dá a impressão de que a verdadeira teologia consiste apenas em retirar à Igreja os seus predicados teológicos, para a considerar e tratar sob um ponto de vista puramente político. Já não é vista como uma realidade de fé, mas como uma organização de crentes, puramente ocasional e pouco acessível, que é preciso remodelar o mais depressa possível segundo os critérios mais modernos da sociologia. «A confiança é boa, o controlo é melhor»: é este o

lema que, depois de tantas desilusões, se prefere adotar em relação à estrutura eclesiástica. O princípio sacramental já não é suficientemente claro; só o controlo democrático parece digno de fé[2]: afinal, o Espírito Santo escapa inteiramente ao nosso domínio. Quem não tem medo de olhar para o passado sabe muito bem que as humilhações da história resultam precisamente de, num determinado momento, o homem ter julgado que devia assumir plenos poderes e considerar como única e verdadeira realidade apenas os seus próprios empreendimentos.

2. A natureza da Igreja simbolizada numa imagem

Uma Igreja que, contra toda a sua história e a sua natureza, seja considerada unicamente de um ponto de vista político não tem qualquer sentido, e a decisão de nela permanecer, se for puramente política, não é leal, embora se apresente como tal. Perante a situação atual, como se pode justificar a permanência na Igreja? Por outras palavras: para ter sentido, a opção pela Igreja tem de ser espiritual. Mas em que pode apoiar-se uma opção espiritual? Gostaria de dar uma primeira resposta utilizando uma imagem e retomando os termos que usámos no início para descrever a situação. Dissemos que, nos nossos estudos, nos aproximámos tanto da Igreja que não somos capazes de a ver no seu conjunto. Vamos aprofundar este pensamento recorrendo a uma imagem com que os Padres alimentaram a sua meditação simbólica sobre o mundo e sobre a Igreja. Os Padres diziam que, no mundo cósmico, a Lua era a imagem daquilo que a Igreja representava para a salvação do mundo espiritual. Retomavam assim um antigo simbolismo, constantemente presente na história das religiões — os Padres nunca falaram de «teologia das religiões», mas puseram-na concretamente em prática —, no qual a Lua era o símbolo da fecundidade e da fragilidade, da morte e da caducidade das coisas, mas também da esperança no renascimento e na ressurreição; era a imagem «patética e, ao mesmo tempo, consoladora»[3] da existência humana.

O simbolismo lunar e o telúrico misturam-se frequentemente. Pela sua fugacidade e pelo seu reaparecimento, a Lua representa o mundo dos homens, o mundo terreno, caracterizado pela necessidade de receber e pela sua indigência, e que obtém de outro a sua própria fecundidade, isto é, do Sol. Deste modo, este simbolismo torna-se símbolo do homem e da

natureza humana, tal como se manifesta na mulher, que concebe e é fecunda em virtude do sémen que recebe.

Os Padres aplicaram o simbolismo da Lua à Igreja sobretudo por duas razões: pela relação Lua-mulher (mãe) e pelo facto de a Lua não ter luz própria, mas a receber do Sol, sem o qual seria completa escuridão. A Lua resplandece, mas a sua luz não é sua: é de outro[4]. É escuridão e luz ao mesmo tempo. Embora, por si mesma, seja escuridão, dá luz em virtude de outro, cuja luz reflete.

É precisamente por isso que simboliza a Igreja, que resplandece embora, por si mesma, seja obscura; não é luminosa em virtude da sua própria luz, mas da do verdadeiro Sol, Jesus Cristo, de tal modo que, sendo apenas terra — também a Lua é apenas outra terra —, é capaz de iluminar a noite do nosso afastamento de Deus: «a Lua narra o mistério de Cristo»[5].

Mas não devemos forçar os símbolos; a sua eficácia está na força imediata da imagem, que não pode ser encerrada em esquemas lógicos. Contudo, nesta nossa época de viagens à Lua, surge espontaneamente a vontade de aprofundar esta comparação, que, ao confrontar o pensamento físico com o simbólico, põe melhor em evidência a nossa situação específica perante a realidade da Igreja. A sonda lunar e os astronautas descobrem a Lua unicamente como uma estepe rochosa e desértica, como montanhas e areia, não como luz. E, efetivamente, a Lua, em si e por si mesma, é apenas deserto, areia e rochas. No entanto, embora não por si mesma, mas por outro e em função de outro, é também luz, e como tal permanece, mesmo na época dos voos espaciais. É aquilo que não é em si mesma. Mas esse outro elemento, que não lhe pertence, é também realidade sua. Existem a verdade física e a verdade simbólica e poética, que não se excluem mutuamente.

É este o momento de nos colocarmos a pergunta: não será esta uma imagem exata da Igreja? Quem a explora e escava com uma sonda, como se faz com a Lua, descobrirá apenas deserto, areia e pedras, as fraquezas do homem e a sua história através do pó, dos desertos e das montanhas. Tudo isto lhe pertence, mas ainda não representa a sua realidade específica. O facto decisivo é que ela, embora seja apenas areia e rochas, é também luz

em virtude de outro, do Senhor: aquilo que não é seu é verdadeiramente seu, a sua realidade mais profunda; mais ainda, a sua natureza consiste precisamente em não valer por si mesma, mas apenas por aquilo que nela não é seu; existe numa expropriação contínua; tem uma luz que não é sua e que, no entanto, constitui toda a sua essência. Ela é Lua — *mysterium lunae* — e, como tal, interessa aos crentes, porque é precisamente assim que exige uma constante opção espiritual.

Como o significado contido nesta imagem me parece de importância decisiva, antes de o traduzir em afirmações de princípio prefiro esclarecê-lo melhor com outra observação. Depois da introdução da língua vernácula na liturgia da missa, antes da última reforma, deparava-me sempre com uma dificuldade perante um texto que me parece esclarecedor para aquilo de que estamos a tratar. Na tradução do *Suscipiat*, diz-se: «Receba o Senhor por tuas mãos este sacrifício... para nosso bem e de toda a sua santa Igreja». Sempre me senti tentado a dizer «e de toda a nossa santa Igreja». Reaparecem aqui todo o problema e a mudança ocorrida neste último período. Em lugar da sua Igreja, colocámos a nossa e, com ela, milhares de igrejas: cada um, a sua. As igrejas tornaram-se empreendimentos nossos, dos quais nos orgulhamos ou envergonhamos, pequenas e inumeráveis propriedades privadas, colocadas umas ao lado das outras, igrejas apenas nossas, obra e propriedade nossa, que conservamos ou transformamos a nosso gosto. Por detrás de «a nossa Igreja», ou também de «a vossa Igreja», desapareceu «a sua Igreja». Mas esta é a única que realmente interessa; se ela já não existe, também a «nossa» deve desaparecer. Se fosse apenas nossa, a Igreja seria um castelo na areia.

3. Porque permaneço na Igreja?

No que já foi exposto está implícita a resposta à pergunta que colocámos no início: estou na Igreja porque acredito que, hoje como ontem, e independentemente de nós, por detrás de «a nossa Igreja» vive «a sua Igreja», e não posso estar perto dele senão permanecendo na sua Igreja. Estou na Igreja porque, apesar de tudo, acredito que, no fundo, ela não é nossa, mas «sua».

Em termos muito concretos: é a Igreja que, apesar de todas as fraquezas humanas nela existentes, nos dá Jesus Cristo; só por meio dela posso recebê-lo como uma realidade viva e poderosa, que me interpela aqui e agora.

Henri de Lubac exprimiu assim esta verdade: «Mesmo aqueles que a desprezam [à Igreja], se ainda admitem Jesus, sabem de quem o recebem? ... Jesus está vivo para nós. Mas em que areias movediças se teriam perdido, já não a sua memória e o seu nome, mas a sua influência viva, a ação do seu Evangelho e a fé na sua pessoa divina, sem a continuidade visível da sua Igreja?... "Sem a Igreja, Cristo evapora-se, desfaz-se, anula-se". E o que seria da humanidade privada de Cristo?»[6].

O primeiro e mais elementar princípio que devemos estabelecer é que, seja qual for ou tenha sido o grau de infidelidade da Igreja, assim como é verdade que ela tem continuamente necessidade de se confrontar com Cristo, também é certo que entre Cristo e a Igreja não existe qualquer oposição decisiva. Por meio da Igreja, Ele, vencendo as distâncias da história, torna-se vivo, fala-nos e permanece no meio de nós como mestre e Senhor, como irmão que nos reúne em fraternidade. Ao dar-nos Jesus Cristo, ao torná-lo vivo e presente no meio de nós, ao gerá-lo continuamente na fé e na oração dos homens, a Igreja dá à humanidade uma luz, um apoio e uma norma sem os quais não poderíamos compreender o mundo. Quem deseja a presença de Cristo na humanidade não pode encontrá-la contra a Igreja, mas apenas nela.

Tudo o que dissemos nos leva à conclusão de que, se estou na Igreja, é pelas mesmas razões pelas quais sou cristão. Não se pode acreditar sozinho. A fé só é possível em comunhão com outros crentes. Pela sua própria natureza, a fé é uma força que une. O seu verdadeiro modelo é a realidade do Pentecostes, o milagre de compreensão que se estabelece entre homens de proveniências e histórias diversas. Esta fé ou é eclesial ou não é verdadeiramente fé.

Além disso, assim como não se pode acreditar sozinho, mas apenas em comunhão com os outros, também não se pode ter fé por iniciativa própria ou por invenção, mas apenas se existir alguém que me comunique esta capacidade, que não está em meu poder, mas me precede e transcende. Uma

fé que fosse fruto da minha invenção seria um contrassenso, porque só me poderia dizer e garantir aquilo que já sou e sei, mas nunca poderia ultrapassar os limites do meu eu. Por isso, uma Igreja, uma comunidade que se fizesse a si mesma, que estivesse fundada apenas na sua própria graça, seria um contrassenso. A fé exige uma comunidade que tenha autoridade e seja superior a mim, e não uma criação minha nem o instrumento dos meus próprios desejos.

Tudo isto pode também formular-se de um ponto de vista mais histórico: ou Jesus foi um ser superior ao homem, dotado de um poder que não era fruto do seu próprio arbítrio, mas capaz de se estender a todos os séculos, ou não teve tal poder e, portanto, também não pôde deixá-lo em herança aos outros. Nesse caso, eu ficaria à mercê das minhas reconstruções mentais, e Ele não seria mais do que um grande fundador, que se torna presente através de um pensamento renovado. Se, pelo contrário, Jesus é algo mais, então não depende das minhas reconstruções mentais, e o seu poder continua válido hoje.

Mas voltemos ao pensamento anterior, segundo o qual só se pode ser cristão dentro da Igreja, e não fora dela ou ao seu lado. Não tenhamos medo de colocar, com toda a objetividade, esta pergunta pungente: o que seria do mundo sem Cristo? Sem um Deus que fala e se manifesta, que conhece o homem e que o homem pode conhecer?

A resposta é-nos dada, clara e nitidamente, por aqueles que, com obstinada tenacidade, procuram construir efetivamente um mundo sem Deus. Os seus esforços reduzem-se a uma experiência absurda, sem perspetivas nem critérios de ação. Embora, ao longo da sua história, o cristianismo tenha concretamente faltado à mensagem que contém — e sempre o fez de modo desconcertante —, nunca deixou de proclamar os critérios de justiça e de amor, frequentemente contra a própria Igreja e, no entanto, nunca sem o poder secreto que nela está depositado.

Por outras palavras: permaneço na Igreja porque acredito que a fé, que só nela se pode realizar e nunca contra ela, é uma verdadeira necessidade para o homem e para o mundo. Este vive da fé mesmo onde não a partilha. De facto, onde já não há Deus — e um Deus que se cala não é Deus —, também não existe a verdade que é anterior ao mundo e ao homem. Mas

não se pode viver durante muito tempo num mundo sem verdade. Onde se renuncia à verdade, continua-se a viver porque ela ainda não se apagou totalmente, tal como a luz do Sol continua a brilhar durante algum tempo, antes de a noite cerrada cobrir o mundo.

Tentativas falhadas

O mesmo pensamento pode ser expresso de outro modo: permaneço na Igreja porque só a fé da Igreja salva o homem. Pode parecer uma frase muito tradicional, dogmática e irreal, mas, pelo contrário, é inteiramente objetiva e realista. No nosso mundo cheio de inibições e frustrações, o desejo de salvação reapareceu com toda a sua veemência primordial. Os esforços de Freud e de C. G. Jung não são mais do que tentativas de salvar aqueles que se sentem por redimir.

Partindo de outras premissas, Marcuse, Adorno e Habermas continuam, à sua maneira, a procurar e a anunciar a salvação. Também o problema de Marx é, no fundo, um problema de salvação. Quanto mais livre, esclarecido e poderoso o homem se tornar, tanto mais o atormentará o desejo de salvação e tanto mais escravizado se encontrará. Marx, Freud e Marcuse têm todos em comum a procura da salvação, a aspiração a um mundo sem dor, doença e miséria. O grande ideal da nossa geração é uma sociedade livre da tirania, da dor e da injustiça; é para isso que apontam as turbulentas explosões dos jovens e o ressentimento dos mais velhos ao verem que a tirania, a injustiça e a dor continuam como sempre. A luta contra a dor e a injustiça nasce de um impulso fundamentalmente cristão, mas pensar que, através das reformas sociais e da eliminação do domínio e da ordem jurídica, se pode alcançar, aqui e agora, um mundo livre da dor é uma doutrina errada, que revela um profundo desconhecimento da natureza humana. Neste mundo, a dor não resulta apenas da desigualdade na riqueza e no poder. O sofrimento não é o único peso de que o homem tem de se libertar. Quem pensa assim tem de se refugiar no mundo ilusório dos estupefacientes, para depois se encontrar ainda mais abatido e em conflito com a realidade. Só suportando-se a si mesmo e libertando-se da tirania do seu próprio egoísmo é que o homem se encontra a si mesmo, encontra a sua própria verdade, a sua alegria e a sua felicidade. A crise do nosso tempo deve-se principalmente ao facto de nos quererem fazer acreditar que

podemos tornar-nos homens sem o domínio de nós mesmos, sem a paciência da renúncia e o esforço de nos superarmos, que não é necessário o sacrifício de manter os compromissos assumidos, nem o esforço de suportar com paciência a tensão entre aquilo que deveríamos ser e aquilo que efetivamente somos.

Um homem que seja poupado a todo o esforço e transportado para a terra prometida dos seus sonhos perde a sua autenticidade e a sua identidade. Na realidade, o homem só é salvo através da cruz e da aceitação dos seus próprios sofrimentos e dos sofrimentos do mundo, que encontram o seu sentido libertador na paixão de Deus. Só assim o homem chegará a ser livre. Todas as outras ofertas a preço mais baixo estão destinadas ao fracasso. A esperança do cristianismo e o destino da fé dependem de algo muito simples: da sua capacidade de dizer a verdade. O destino da fé é o destino da verdade; esta pode ser obscurecida e espezinhada, mas nunca destruída.

Chegamos ao último ponto. O homem só vê na medida em que ama. É certo que também existe a clarividência da negação e do ódio. Porém, estes só podem ver aquilo que cabe nas suas perspetivas: o negativo. Podem, sem dúvida, preservar o amor de uma cegueira que o faça esquecer os seus limites e os perigos que corre, mas não são capazes de construir algo positivo. Sem alguma medida de amor, nada se encontra. Quem não se empenha um pouco em viver a experiência da fé e a experiência da Igreja, e não corre o risco de a olhar com olhos de amor, não descobrirá senão deceções. O risco do amor é uma condição prévia para chegar à fé. Quem ousa correr esse risco não precisa de esconder nenhuma das fraquezas da Igreja, porque descobre que ela não se reduz a essas fraquezas; descobre que, a par da história dos escândalos, existe também a da fé forte e intrépida, que deu os seus frutos ao longo de todos os séculos em grandes figuras como Agostinho, Francisco de Assis, o dominicano Bartolomeu de las Casas, com a sua apaixonada luta pelos índios, Vicente de Paulo e João XXIII.

Quem corre este risco do amor descobre que a Igreja projetou na história um feixe de luz que não pode ser apagado. Também a beleza surgida sob o impulso da sua mensagem, e que vemos ainda hoje plasmada

em incomparáveis obras de arte, se torna para ele um testemunho de verdade: aquilo que se traduz em expressões tão nobres não pode ser apenas trevas. A beleza das grandes catedrais, a beleza da música nascida ao calor da fé, a magnificência da liturgia da Igreja, sobretudo a realidade da festa, que ninguém pode criar por si mesmo, mas apenas acolher[7], a organização do ano litúrgico, em que se fundem num todo o ontem e o hoje, o tempo e a eternidade, todas estas coisas não são, a meu ver, fruto do acaso. A beleza é o esplendor da verdade, disse Tomás de Aquino, e poderíamos acrescentar que a ofensa à beleza é a autoironia da verdade perdida. As expressões que a fé soube encontrar ao longo da história são testemunho e confirmação da sua verdade.

Permito-me acrescentar ainda uma observação, embora possa parecer muito subjetiva. Se tivermos os olhos abertos, também hoje podemos encontrar pessoas que são um testemunho vivo da força libertadora da fé cristã. E não é vergonha ser e permanecer cristão por causa destes homens, que, vivendo um cristianismo autêntico, o tornam para nós digno de fé e de amor. Afinal, o homem é vítima de uma ilusão quando pretende fazer de si uma espécie de sujeito transcendental, que considera válido unicamente aquilo que não é fortuito. É certamente um dever refletir sobre semelhantes experiências, examinar o seu grau de responsabilidade, purificá-lo e dar-lhe uma nova plenitude. Mas, no decurso deste necessário processo de objetivação, não constitui uma prova relevante a favor do cristianismo o facto de tornar os homens mais humanos precisamente quando os une a Deus? Não será este elemento subjetivo também, ao mesmo tempo, um dado objetivo de que não temos de nos envergonhar perante ninguém?

Concluamos com uma última observação. Quando se afirma, como aqui, que sem amor não se pode ver e que, portanto, para conhecer a Igreja é também necessário amá-la, muitos ficam inquietos. Não será o amor o contrário da crítica? Não será esta a desculpa a que aqueles que detêm o poder recorrem de bom grado para eliminar a crítica e manter a seu favor a situação existente? Ajuda-se mais os homens procurando tranquilizá-los e atenuar a realidade, ou intervindo em seu favor contra as injustiças habituais ou contra o predomínio das estruturas? Trata-se, certamente, de questões muito importantes, mas não podemos abordá-las agora. Uma coisa, porém, é certa: o amor não é estático nem acrítico. A única

possibilidade que temos de mudar positivamente um homem é amá-lo, transformando-o lentamente daquilo que é naquilo que pode ser. Será diferente com a Igreja?

Basta olhar para a história recente: durante a renovação litúrgica e teológica da primeira metade deste século, amadureceu um verdadeiro movimento de reforma que conduziu a transformações positivas. Isto só foi possível porque surgiram homens com o dom do discernimento, que amaram a Igreja com um coração atento e vigilante, com espírito crítico e dispostos a sofrer por ela. Se hoje não somos capazes de realizar alguma coisa, é porque estamos demasiado ocupados em afirmar apenas a nós mesmos. Não valeria a pena permanecer numa Igreja que, para ser acolhedora e digna de ser habitada, precisasse de ser feita por nós; seria um contrassenso.

Permanecer na Igreja porque ela é, em si mesma, digna de permanecer no mundo, digna de ser amada e transformada pelo amor naquilo que deve ser: este é o caminho que também hoje nos ensina a responsabilidade da fé.

Joseph Ratzinger

NOTAS

Notas

[1] Denzinger-Schonmetzer, *Enchiridion symbolorum*, Freiburg 1963, n. 3013 s.

[2] Nesta exigência escondem-se certamente elementos justificáveis e, sob muitos aspetos, conciliáveis com o carácter sacramental da hierarquia eclesiástica. Tudo isto é exposto, com as devidas distinções e esclarecimentos, em J. Ratzinger-H. Maier, *Democracia en la iglesia*, Madrid 1972.

[3] M. Eliade, *Die Religionen und das Heilige*, Salzburg 1954, 215; cf. também o capítulo «Mond und Mondmystik», 180-216.

[4] Cf. H. Rahner, *Griechische Mythen in christlicher Deutung*, Darmstadt 1957, 200-224; Id., *Symbole der Kirche*, Salzburg 1964, 89-173. É interessante a observação segundo a qual a ciência antiga discutiu amplamente se a Lua tinha ou não luz própria. Os Padres defenderam a tese negativa, mais tarde geralmente aceite, e interpretaram-na num sentido teológico e simbólico (cf. especialmente a página 100).

[5] Ambrósio, *Exameron* IV 8, 23: CSEL 32, 1, página 137, linha 27 s.; H. Rahner, *Griechische Mythen*, 201.

[6] H. de Lubac, *Paradoja y misterio de la iglesia*, Salamanca 1967, 20 s.; cf. 16 s.

[7] Cf., sobre este tema, especialmente J. Pieper, *Musse und Kult*, München 1948.